

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 21 de julho de 2025 às 07h53
Seleção de Notícias

CNN Brasil Online | BR

Propriedade Intelectual

Brasil x EUA: Especialistas mantêm ceticismo a 2 semanas do prazo de Trump	3
--	---

Folha de S. Paulo | BR

20 de julho de 2025 | Pirataria

Prioridade de Trump, empresas de IA usaram pirataria para treinar chatbots	6
--	---

MERCADO

Correio Braziliense - Online | BR

20 de julho de 2025 | Patentes

Governo Lula já trata tarifas como realidade e não espera recuo de Trump	8
--	---

MUNDO

Brasil x EUA: Especialistas mantêm ceticismo a 2 semanas do prazo de Trump



Vice-presidente Geraldo Alckmin ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto

Faltam menos de 14 dias até 1º de agosto, data estabelecida por Donald Trump para colocar em vigor novas tarifas mais elevadas contra os parceiros comerciais dos Estados Unidos.

As últimas semanas vêm sendo marcadas pelo trabalho intenso do corpo diplomático das nações em busca de acordos com os EUA para reduzir as alíquotas. No caso do Brasil, o governo enfrenta a ameaça de que os importados tupiniquins sejam taxados em 50% de seu valor ao entrarem em território norte-americano.

As discussões da parte brasileira vêm sendo coordenadas pela equipe do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), que busca manter interlocução com o setor privado nacional e norte-americano para entender quais seriam os melhores caminhos e reivindicações a se buscar com a gestão Trump.

Contudo, a busca por um acordo tem enfrentado dois entraves principais: a dificuldade em encontrar um interlocutor oficial na Casa Branca e a tensão política entre o republicano e o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

abpi.empauta.com

"A escalada da crise pode inviabilizar a negociação, a menos que o governo brasileiro faça algum gesto positivo de contato de alto nível com o governo norte-americano antes de 1º de agosto. O governo teria, nesse caso, de apresentar uma proposta concreta de eliminação de barreiras não tarifárias sobre produtos americanos", afirma à CNN Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, que foi embaixador do Brasil em Washington.

"A contaminação das negociações comerciais por ações voltadas para a política interna não ajuda a defesa dos interesses do setor privado exportador."

O adiamento do prazo é defendido por especialistas e pelo setor produtivo, que consideram o curto período insuficiente tanto para se trabalhar as discussões como adaptar operações a uma alíquota que onera produtos na metade de seu valor.

Contudo, Trump reiteradamente afirma que não irá mais adiar a aplicação das tarifas mais elevadas (anteriormente previstas para vigorarem em 9 de julho). Desse modo, as fontes de diversas frentes ouvidas pela reportagem defendem que o governo avance o máximo possível nas próximas semanas.

"O Brasil deve priorizar uma abordagem diplomática ativa até o prazo final, buscando negociar redução ou isenção das tarifas por meio de diálogo técnico e articulado, amparado por evidências setoriais e dados comerciais", pondera Carlos Ottoni, sócio-líder da área de Comércio Exterior e Regimes Aduaneiros Especiais da KPMG.

A avaliação de Ottoni é que essa seria a melhor estratégia para se preservar o equilíbrio da balança comercial, evitando impactos adversos sobre os setores exportadores - como aviação, agronegócio e papel. "Um esforço coordenado fortalecerá a posição do

Continuação: Brasil x EUA: Especialistas mantêm ceticismo a 2 semanas do prazo de Trump

Brasil e resguardará o mercado de trabalho", pontua o sócio da KPMG.

Dependente dessa relação bilateral, o setor de insumos médicos vê um desafio grande dos dois lados da balança, por exemplo. Em 2024, o Brasil exportou cerca de US\$ 300 milhões para os Estados Unidos em dispositivos hospitalares, enquanto importamos aproximadamente US\$ 1,6 bilhão em produtos norte-americanos.

"Caso o Brasil adote uma medida de reciprocidade, esse volume de importações pode ser fortemente impactado, com acréscimos nos custos que podem chegar a 25% ou 30%. Isso exigirá uma avaliação do mercado brasileiro: ainda valerá a pena comprar produtos americanos com esse custo adicional ou será necessário buscar alternativas na China, Índia ou Turquia? A substituição, no entanto, não será imediata, pois envolve processos regulatórios junto à **Anvisa**, o que pode levar tempo", relata à CNN Paulo Henrique Fraccaro, CEO da Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos).

"Do lado das exportações brasileiras, o desafio também é grande. As empresas terão que buscar novos mercados, igualmente exigentes em termos regulatórios. Ou seja, estamos diante de um momento complexo tanto para quem vende quanto para quem compra."

A avaliação geral é de que o caminho mais sensato a se trilhar no momento é o de um diálogo diplomático cauteloso, evitando uma retórica retaliatória que possa desencadear na escalada da tensão comercial.

"A preocupação é de que o governo Lula adote uma postura mais belicosa que leve à espiral de uma guerra mais ampla. Acredito que o Palácio do Planalto tem esse temor também. A gente acredita que não virá medida retaliatória brasileira quando 1º de agosto chegar, talvez busque-se esperar para mais negociação", avalia Christopher Garman, diretor-executivo para as Américas do grupo Eurasia.

Pontos de atenção

A questão política foi trazida à discussão tarifária pelo presidente Trump, que expôs, ao anunciar a alíquota de 50% contra o Brasil, seu descontentamento com o Judiciário e Executivo brasileiros.

A carta endereçada a Lula abre com críticas ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no tocante da suposta trama golpista. Contudo, a pauta na qual o republicano parece mais se interessar é a regulamentação das big techs e redes sociais no país.

"A tarifa nunca foi uma questão econômica dentro da racionalidade de política comercial. Tem se confirmado cada vez numa questão política, desavença num campo político-ideológico, mas não apenas sobre o Bolsonaro, que parece uma cortina de fumaça, um pretexto de provocação ao governo brasileiro", observa Carolina Pavese, professora de Relações Internacionais do Instituto Mauá.

A internacionalista destaca pontos trazidos na investigação comercial deflagrada pelos EUA contra o país como os de maior interesse da agenda trumpista: a questão do Pix, a taxação eventual e maior controle das big techs e uma preocupação com uma agenda geopolítica.

Nesse sentido, os apontamentos do USTR (Representante Comercial dos Estados Unidos) são pontos de atenção que o Brasil deve levar para a negociação, aponta Leonardo Roesler, advogado tributarista e conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Ele elenca que, até 1º de agosto, o Brasil precisa encaminhar à autoridade norte-americana um "roteiro convincente" de consultas formais e oferecer contrapartidas que demonstrem "boa-fé", como avanços na proteção de **propriedade** intelectual, melhorias na facilitação aduaneira e maior transparência regulatória.

Continuação: Brasil x EUA: Especialistas mantêm ceticismo a 2 semanas do prazo de Trump

"Paralelamente, o governo deve mobilizar importadores norte-americanos de café, aço, suco de laranja e aeronaves regionais para que estes apresentem ao Congresso [dos EUA] e ao USTR estimativas de prejuízos econômicos domésticos decorrentes do encarecimento dos bens brasileiros, estratégia já respaldada por entidades industriais dos dois países", pontua Roesler.

A consequência dessa estratégia, segundo Christopher Garman, pode ser a isenção da tarifa a parte da pauta brasileira. A CNN apurou que as empresas norte-americanas avaliam, de fato, propor uma lista de "exceções" ao tarifaço.

Além de produtos que o consumidor norte-americano depende do produtor brasileiro, como café e suco de laranja, o diretor do grupo Eurasia acredita que é provável que o governo Trump não aplique a tarifa sobre itens estratégicos como petróleo e minerais críticos.

"No mais, não vemos um grande acordo sendo anunciado. Eu acho que não tem muito o que fazer, os canais diplomáticos estão muito ruins", pontua Garman.

"Acho muito difícil que nessas duas semanas consiga-se reverter essa animosidade e estabelecer um

canal oficial direto no qual haja uma manifestação tanto do Trump quanto do Lula de uma reconciliação entre os dois presidentes", afirma Carolina Pavese.

"O que a gente sabe é que, assim como em cenários de guerra, os esforços de bastidores não cessam."

É nesse campo onde os especialistas ouvidos pela CNN veem as principais cartas das quais o governo dispõe. À frente da estratégia brasileira, Alckmin avalia que é fundamental, antes de o governo tomar qualquer decisão concreta, ouvir o setor privado, que tem canais de acesso direto à economia norte-americana.

Contudo, a eficácia do discurso da gestão Lula vai depender "de pronta articulação institucional que una contencioso multilateral, diplomacia empresarial e um programa graduado de reciprocidade capaz de tornar economicamente onerosa a manutenção da tarifa", na avaliação de Leonardo Roesler.

Das soluções práticas que o governo pode optar, o advogado elenca:

Prioridade de Trump, empresas de IA usaram pirataria para treinar chatbots

MERCADO



Dario Amodei, fundador e CEO da Anthropic Juliende Rosa 22 mai 24/AFP

Prioridade de Trump, empresas de IA usaram **pirataria** para treinar chatbots

Meta e Anthropic são acusadas de baixar milhões de cópias ilegais de livros para desenvolvimento de robôs; caso vira ação coletiva de potencial bilionário na Califórnia

São Paulo - Enquanto os Estados Unidos investigam o Brasil por supostamente não coibir a **pirataria**, entre outros motivos, as empresas de inteligência artificial americanas já são alvo de mais de 40 processos de violação de **direitos** autorais. E não só por usarem conteúdo protegido no treinamento de chatbots, mas também por usar cópias pirateadas de livros com esse fim.

Esse cenário já levou a um desdobramento inédito até aqui: na noite de quinta-feira (17), um juiz da Califórnia decidiu transformar uma das ações que envolve o uso de cópias ilegais em uma ação coletiva. O processo tem como alvo a Anthropic, que é acusada de usar uma base com 7 milhões de livros piratas para treinar o Claude, seu chatbot.

Agora, os autores que tiverem obras nessa lista podem ter direito a uma reparação financeira ao fim do processo. O caso ameaça a própria existência da Anthropic.

Analistas já mostram que a indenização poderia, ao menos em tese, ultrapassar os US\$ 100 bilhões (R\$ 554 bilhões), que é o valor de mercado da companhia.

O desenvolvimento da IA diante do avanço chinês tem sido uma das prioridades do presidente Donald Trump, que respondeu às demandas dessas empresas por menos regulação, revogando regras do governo Joe Biden. As empresas têm feito lobby na Casa Branca em busca de proteção contra regras estaduais e de apoio para que possam usar conteúdo protegido por **direitos** autorais. Enquanto isso, as ações pelo país partem de escritores, estúdios de cinema e veículos de imprensa, entre outros. Empresas como Meta, Anthropic e OpenAI argumentam, em geral, que usar obras protegidas para treinar modelos de IA se enquadra no chamado "uso justo".

Agora cabe aos tribunais americanos determinar se é mesmo o caso. Duas decisões do fim de junho, em cortes da Califórnia, deram uma vitória parcial às big techs contra grupos de autores; em ambos os casos, os juízes decidiram que não há violação no uso dos livros para treinar os robôs.

Mas a questão vai além só do treinamento dos chatbots. Em diversos casos, as empresas apelaram a conhecidos sites de livros piratas - e o fizeram conscientemente, como mostram relatórios técnicos e mensagens internas que constam nos processos. É o caso da Anthropic, que agora virou a ação coletiva. Apesar de ter acatado a tese do uso justo no treinamento, o juiz concluiu que o emprego das cópias ilegais representa sim uma infração. Já no caso contra a Meta, os autores alegam que a empresa também violou seus direitos ao usar livros piratas. Mas o juiz não avaliou esse ponto, que segue sem solução.

"Acho que são decisões que dava para prever", diz

Continuação: Prioridade de Trump, empresas de IA usaram pirataria para treinar chatbots

Sérgio Branco, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade. "Imagina se, a essa altura do campeonato, a Justiça decidisse que não é uso justo. Você teria que indenizar todo o valor de mercado da Anthropic, que pode ser insuficiente para bancar indenização por uso de cópias ilegais de livros para treinar robôs do mundo, 'destreinar' os robôs e treiná-los novamente com acesso lícito. É uma questão técnica, econômica e geopolítica para os EUA." Em ambos os processos, documentos mostram que a decisão de baixar cópias ilegais foi tomada com o aval de altos executivos das empresas. No caso da Meta, o próprio CEO, Mark Zuckerberg, foi informado.

Dos mais de 40 processos desde 2023 nos Estados Unidos, cerca de 15 mencionam o uso da base de dados pirata Books3, com cerca de 200 mil títulos; seis dessas ações são contra a OpenAI.

E esses são só os processos que envolvem o treinamento dos robôs. No campo de violações em "outputs" - ou seja, o conteúdo produzido pelas máquinas - , há outro rastro de controvérsias.

O jornal The New York Times, por exemplo, é autor

de uma ação contra a OpenAI, a quem acusa de usar seus textos para treinar seu chatbot. No processo, a empresa de mídia mostra cem exemplos em que o ChatGPT reproduziu textos do jornal; a OpenAI disse que os comandos usados pelo veículo feriam os termos de uso da plataforma. Testes feitos pela Folha no ano passado mostraram que o chatbot é capaz de fornecer resumos de reportagens do jornal exclusivas para assinantes e faz o mesmo com material de outros veículos brasileiros. A plataforma só se recusa a transcrever a íntegra dos textos: "Obter ou reproduzir a íntegra sem autorização viola as políticas de uso justo", diz o ChatGPT nesses casos.

Lá fora ou aqui, para Sérgio Branco, as decisões da Justiça americana terão impactos para todos os detentores de propriedade intelectual. "A Convenção de Berna diz que, se você acha que sua obra está sendo usada de forma ilegal em um país, você tem que propor uma ação nesse país. Se os Estados Unidos entenderem que é justo o uso de obras protegidas no treinamento dos robôs, eles vão poder usar obras do mundo inteiro."

Governo Lula já trata tarifas como realidade e não espera recuo de Trump

MUNDO



Integrantes do governo Lula tratam as tarifas anunciadas por Trump como realidade e vêem pouca chance dos EUA recuarem por enquanto

Integrantes do círculo mais próximo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já trabalham com a hipótese de que o presidente americano, Donald Trump, não recuará desta vez e que as tarifas de 50% sobre produtos brasileiros anunciadas por ele deverão, de fato, entrar em vigor a partir de 1º de agosto. Oficialmente, porém, o governo ainda aposta em uma saída via negociação, apesar de ver a possibilidade de um acordo distante, neste momento.

Segundo três fontes ouvidas pela BBC News Brasil em caráter reservado, os sinais enviados pela Casa Branca nos últimos dias foram interpretados no Palácio do Planalto como demonstrações de que, ao menos por enquanto, o governo americano estaria disposto a levar as ameaças de tarifas sobre produtos brasileiros adiante.

Entre estes sinais estão as declarações e postagens de Trump sobre o Brasil nos últimos dias e a decisão do governo norte-americano de revogar vistos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), entre eles, Alexandre de Moraes, e para o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet.

A possibilidade de um recuo de Trump, total ou parcial, ainda não é totalmente descartada por integrantes do governo, uma vez que Trump voltou atrás em outros casos como no das tarifas impostas à China e a outros parceiros comerciais desde que iniciou sua nova política tarifária, em abril deste ano.

Mas segundo as fontes consultadas pela reportagem, a possibilidade de uma flexibilização das tarifas ou mesmo um adiamento no caso brasileiro teria ficado mais distante nos últimos dias. Com pouco mais de 10 dias até a data estipulada por Trump para o início das tarifas, o governo pretende manter sua atuação em três pilares:

manutenção das negociações formais; sensibilização de políticos e empresários norte-americanos sobre impactos da medida; e preparação para eventual retaliação.

Donald Trump vinculou as tarifas anunciadas ao Brasil ao processo no qual Jair Bolsonaro é réu no STF

Sem recuo à vista Interlocutores do presidente sempre trataram um eventual recuo de Trump em relação às tarifas como uma possibilidade não tão remota assim.

Esse foi um dos motivos, inclusive, pelos quais o governo tem evitado falar, de forma direta, de que maneira o governo retaliará caso as tarifas entre, de fato, em vigor.

Em conversas informais, alguns deles lembravam a retórica do norte-americano em relação à China, México ou Canadá, três dos primeiros e principais alvos da política tarifária do presidente norte-americano.

No caso da China, Trump começou anunciando tarifas de 10% que foram subindo até chegarem a

Continuação: Governo Lula já trata tarifas como realidade e não espera recuo de Trump

145%.

Após a China responder elevando suas tarifas sobre produtos norte-americanos e impondo restrições à exportação de terras raras aos Estados Unidos, os dois países chegaram a um acordo e as tarifas a produtos chineses ficaram em 55%, em média.

Trump também fez recuos em relação à União Europeia. Após anunciar tarifas de 50% sobre os produtos do bloco, em maio, ele adiou o início da cobrança das tarifas para o dia 9 de julho. Agora, a administração norte-americana negocia taxas sobre os produtos do bloco entre 15% e 20%.

Mas segundo as fontes ouvidas pela BBC News Brasil, a possibilidade de recuo parece cada vez mais remota no caso brasileiro.

A principal razão para isso estaria na motivação principal das tarifas ao Brasil.

Um interlocutor do presidente afirmou que, diferentemente do que aconteceu com outros países, as tarifas de Trump ao Brasil teriam motivação essencialmente política e não econômica.

Uma comprovação disso, segundo ele, seria o fato de que o Brasil tem déficit comercial US\$ 410 bilhões com os Estados Unidos nos últimos 15 anos. A outra suposta comprovação desta tese é o fato de Trump ter vinculado, explicitamente, as tarifas sobre produtos brasileiros ao julgamento pelo STF no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é réu.

Nenhuma das cartas divulgadas por Trump anunciando tarifas, diz esse interlocutor, mencionou qualquer fator da política interna dos países para justificar as tarifas.

À medida que os Estados Unidos vincularam as tarifas ao fim do processo criminal contra Bolsonaro, afirma esse interlocutor, não haveria como acreditar que os norte-americanos estariam de fato in-

teressados em algum tipo de negociação.

E sem negociação, seria difícil supor que Trump possa recuar, apontou a fonte ouvida pela BBC News Brasil.

"A forma como o Brasil tem tratado o ex-presidente Bolsonaro, um líder altamente respeitado em todo o mundo durante seu mandato, inclusive pelos Estados Unidos, é uma vergonha internacional. Este julgamento não deveria estar acontecendo. É uma caça às bruxas que deve acabar IMEDIATAMENTE!", diz um trecho da carta assinada por Trump em que ele anunciou as tarifas ao Brasil.

Outro interlocutor do presidente ouvido pela BBC News Brasil diz que, por conta dos sinais enviados pelo governo norte-americano até agora, o objetivo da administração Trump parece ser o de exercer algum tipo de influência sobre o processo eleitoral de 2026.

Sob essa lógica, manter as tarifas ao Brasil e as sanções a membros do Judiciário seria uma forma de tentar desgastar o atual governo do presidente Lula e pressionar pela reabilitação eleitoral de Jair Bolsonaro para que ele possa disputar a presidência em 2026.

A aposta seria em uma vitória de Bolsonaro ou de algum de seus aliados mais próximos para que o país ficasse alinhado aos interesses de Trump em áreas como acesso a minerais estratégicos e a regulação de plataformas de tecnologia.

"Não estou surpreso em vê-lo liderando nas pesquisas; você foi um líder altamente respeitado e forte que serviu bem ao seu país [...] É minha sincera esperança que o Governo do Brasil mude de rumo, pare de atacar oponentes políticos e acabe com seu ridículo regime de censura. Estarei observando de perto", afirmou Trump em uma carta divulgada na sexta-feira (18/7), antes de Bolsonaro ser alvo de uma operação da Polícia Federal autorizada pelo

Continuação: Governo Lula já trata tarifas como realidade e não espera recuo de Trump

STF e que determinou que o ex-presidente use uma tornozeleira eletrônica e fique sem acesso a redes sociais.

Atualmente, Bolsonaro está inelegível por condenações pela Justiça Eleitoral e ele ainda é réu em um processo criminal que tramita no STF por seu suposto envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado decorrente da sua derrota eleitoral em 2022. Bolsonaro, por sua vez, nega seu envolvimento em qualquer crime.

EPA

Jair Bolsonaro foi alvo de uma operação da Polícia Federal na sexta-feira (18/7) e agora está obrigado a usar uma tornozeleira eletrônica. Ele classificou a ação como uma "suprema humilhação"

Negociação, sensibilização e retaliação Com a possibilidade de recuo aparentemente distante, o governo mantém a estratégia de tentar manter, ao menos oficialmente, os canais de negociação com Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), conduzidas atualmente pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

Desde o anúncio das tarifas, o governo vem realizando reuniões com representantes de setores econômicos como indústria, agronegócio e mineração para estudar alternativas às tarifas e estratégias para tentar revertê-las.

Um dos focos do governo, segundo um dos integrantes do governo ouvidos pela BBC News Brasil, é fazer com que os empresários brasileiros acionem seus clientes nos Estados Unidos para que eles possam convencer parlamentares e membros do governo norte-americano sobre os impactos das tarifas a produtos brasileiros.

Uma das apostas tem sido a reforçar a tese de que as

tarifas ao Brasil terão impactos diretos em aspectos corriqueiros da vida do norte-americano médio como o café da manhã, à medida em que produtos como o café e o suco de laranja brasileiros chegarão ao país mais caros.

Outra via que está sendo explorada é o envio de uma missão parlamentar aos Estados Unidos, liderada pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS).

Um grupo de oito parlamentares vai a Washington nos próximos dias para tentar convencer parlamentares norte-americanos e pressionar o governo Trump contra as tarifas.

Um membro do governo ouvido pela BBC News Brasil em caráter reservado disse que estabelecer canais de comunicação com o governo Trump tem sido uma das principais dificuldades encontradas pelo governo.

Segundo ele, as decisões sobre as tarifas não teriam sido definidas por meio dos canais tradicionais como a equipe profissional do Departamento de Estado ou mesmo do USTR, com quem o governo brasileiro vinha mantendo contato desde o início do ano.

Em vez disso, continua o integrante do governo, a decisão parece ter sido tomada por um grupo mais próximo ao presidente e politicamente vinculado à família Bolsonaro.

Essa influência política estaria sendo potencializada pela atuação do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se mudou para os Estados Unidos no início do ano.

Ao mesmo tempo, equipes do Ministério da Fazenda, do MDIC e da Presidência da República continuam estudando medidas a serem utilizadas para uma eventual retaliação prometida por Lula.

Em seu pronunciamento em rede nacional de TV, na semana passada, Lula disse que o país buscaria for-

Continuação: Governo Lula já trata tarifas como realidade e não espera recuo de Trump

mas de reagir às tarifas. Ele classificou as tarifas como uma "chantagem inaceitável".

"Se necessário, usaremos todos os instrumentos legais para defender a nossa economia. Desde recursos à Organização Mundial do Comércio até a Lei da Reciprocidade, aprovada pelo Congresso Nacional", disse o presidente.

Ainda na semana passada, o petista mencionou que o governo avalia aumentar a taxação de plataformas de tecnologia.

"O mundo tem que saber uma coisa: esse país só é soberano porque o povo brasileiro tem orgulho desse país. Eu queria dizer para vocês que a gente vai julgar e vai cobrar impostos das empresas americanas digitais", disse Lula em um evento da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Goiânia, na quinta-feira (18/7).

A medida, porém, parece não ser consenso dentro do governo.

Após a fala do presidente, no sábado (19/7), o Ministério da Fazenda postou uma mensagem em suas redes sociais negando a proposta.

"O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nega que o governo brasileiro esteja avaliando a adoção de medidas mais rigorosas de controle sobre os dividendos como forma de retaliação às taxas adotadas pelos Estados Unidos e reafirma que essa possibilidade não está em consideração", disse a postagem.

Um interlocutor do presidente ouvido pela reportagem afirmou que o governo não pretende divulgar informações sobre os setores que podem vir a ser retaliados antes que a decisão já tenha sido fechada e aprovada pelo presidente.

Segundo ele, como o cenário é imprevisível e novas tarifas ou sanções não estão descartadas, o governo quer evitar dar pistas sobre que rumos pretende tomar como retaliação.

Apesar disso, rumores apontam que o governo poderia retaliar os Estados Unidos em áreas como a **quebra** de patentes de medicamentos ou na de **direitos** autorais de produtos audiovisuais.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Pirataria
6

Direitos Autorais
6, 8

Patentes
8